

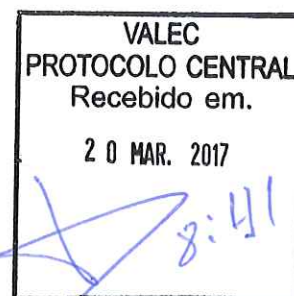
**VALEC - ENGENHARIA,
CONSTRUÇÕES E FERROVIA S.A**
51402.174739/2017-11

DATA: 20/03/2017

**ILMO. SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA VALEC ENGENHARIA,
CONSTRUÇÕES E FERROVIAS**

SETOR DE EDIFÍCIOS PÚBLICO SUL – SEP/SUL, QUADRA 713/913, BLOCO E, ASA SUL - EDIFÍCIO
TRADE – CEP: 70.390-135 - BRASÍLIA/DF

**REF.: EDITAL Nº 007/2016 "CONTRATAÇÃO
DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS
ESPECIALIZADOS DE SUPERVISÃO DAS
OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DA EF-151 -
FERROVIA NORTE SUL – TRECHO:
EXTENSÃO SUL – SUBTRECHO: LOTE
01S (KM 0+000 A 111+219)"**



CONSÓRCIO SUPERVISÃO PPH, constituído pelas empresas, **PROJEL ENGENHARIA ESPECIALIZADA LTDA.**, empresa brasileira, sediada à Rua Vinte e Seis de Abril, nº 96, na cidade de Diadema, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.416.618/0001-02, **PENTÁGONO SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL E CONSULTORIA LTDA.**, empresa brasileira, com sede à Rua Antônio Moisés Saad, 525, no Município de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 47.026.679/0001-51 e **HIDROCONSULT CONSULTORIA, ESTUDOS E PROJETOS LTDA.**, empresa brasileira, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1768 – 3º andar, Jardim Paulistano, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF 43.483.247/0001-19, com sede na Rua Vinte e Seis de Abril, nº 96, Jardim Canhema, CEP 09941-470, na cidade de Diadema, UF: SP, telefone: (11) 5564-9410, fax: (11) 5562-5891, neste ato representado por seu Representante Legal o Sr. EMÍLIO DE PAULA E SILVA ABDU, brasileiro, casado, engenheiro civil, detentor da cédula de identidade RG nº 13.764.512 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 129.803.746-87, nos autos do processo licitatório em epígrafe, não se conformando, data vênica, com a decisão proferida pela Douta Comissão de Licitação no tocante a sua nota de Capacidade Técnico-Profissional no certame em tela, onde obteve nota final para o quesito igual a 38,0 (trinta e oito) pontos, em um total de 40,0 (quarenta) pontos possíveis, pela não aceitação do Atestado CAT 2620120006297, vem, tempestivamente e com fundamento no art. 109, inciso I, alínea "a" da Lei Federal 8.666/93, bem como no item 16. do Edital de Concorrência Nº 007/2016, perante Vossa Senhoria, e, por intermédio de seu representante legal que ao final assina, interpor o presente

Lidia Oliveira Salgado
Recepcionista - SULIC
VALEC Eng. Const. e Ferrovia S.A.

20/03/2017
08:54

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra a referida **NOTA DA PROPOSTA TÉCNICA** da **RECORRENTE**, pois como se verá a mesma apresentou atestados técnicos que atendem plenamente as exigências contidas no Edital em apreço, provando sua capacidade e qualificação técnica para seguir no processo licitatório em questão, com base nos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

I – DOS FATOS

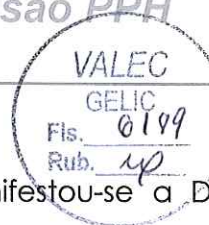
Não andou com o costumeiro acerto a Comissão Permanente de Licitações desta Concorrência, uma vez que decidiu por não considerar a Certidão de Acervo Técnico – CAT nº 2620120006297 apresentada pela **RECORRENTE** para pontuação do Engenheiro de Superestrutura no Edital nº 007/2016, em total arrepio ao disposto no edital e na Lei nº 8.666/93.

No *Relatório Referente ao Julgamento das Propostas Técnicas Apresentadas pelas Licitantes, para os Tópicos Relativos ao Percentil de 70% da Pontuação Total*, que divulga a conclusão sobre a análise das Propostas Técnicas realizada pela Subcomissão Técnica de Licitação, designada por meio da Portaria número 224 de 15 de abril de 2016, ficou consignada a pontuação de 38,0 (trinta e oito) pontos para o quesito Capacidade Técnico-Profissional, num total de 40,0 (quarenta) pontos possíveis, devido a não pontuação do Atestado CAT 2620120006297, apresentado às fls. 446 a 453, referente ao Engº José Eduardo Borges Rezende, justificando a D. Comissão **“As obras descritas no atestado tratam-se somente de obras civis de vedação da via, construções de passarelas e obras nas estações, não se tratando de obras de superestrutura ferroviária e/ou metroviária”...** (grifo nosso).

II – DOS FUNDAMENTOS

Atribuiu a D. Comissão ao **RECORRENTE** em relação Capacidade Técnico-Profissional, quesito Engenheiro de Superestrutura, nota parcial igual a 5,0 (cinco) pontos, nota essa que resultou em uma nota final para o quesito igual a 38,0 (trinta e oito) pontos, em um total de 40,0 (quarenta) pontos possíveis.

Por decisão da D. Comissão, a nota parcial atribuída, igual a 5,0 (cinco) pontos, surgiu como resultado da não pontuação do Atestado CAT 2620120006297, apresentado às fls. 446 a 453, referentes **ao Engº José Eduardo Borges Rezende**.



Para justificar a não aceitação do Atestado, manifestou-se a D. Comissão da seguinte forma, com relação ao CAT 2620120006297:

"As obras descritas no atestado tratam-se somente de obras civis de vedação da via, construções de passarelas e obras nas estações (grifo nosso), não se tratando de obras de superestrutura ferroviária e/ou metroriária"...

Essa decisão, no entanto, revela um equívoco por parte da D. Comissão, resultante certamente de uma leitura imprecisa de um atestado que atende ao solicitado no Edital sem a menor sombra de dúvida.

Estabelece o Edital em epígrafe em seu Item 12.3 - DA CAPACIDADE TÉCNICO PROFISSIONAL, no quadro constante à página 17, "Atestados para Pontuação", com relação ao Engenheiro de Superestrutura, na coluna "Tipo de Atestado":

"2 - Experiência em Supervisão e/ou Execução de superestrutura de obras de infraestrutura de transportes ferroviários ou metroriários."

Pois bem, foi agindo em estreita obediência ao Edital que o **RECORRENTE** procedeu à demonstração da experiência do seu **Engenheiro de Superestrutura José Eduardo Borges Rezende**, apresentando o acervo CAT 2620120006297 comprovando sua experiência e adequação ao cargo proposto.

Optou, no entanto, a D. Comissão por não pontuar o Atestado anteriormente citado, por entender que o mesmo não comprova serviços de supervisão de obras de superestrutura ferroviária ou metroriária, estando portanto em desacordo com o objeto do Edital.

Pois bem, uma simples leitura do referido Atestado CAT 2620120006297 revela o engano da D. Comissão, pois a mesma Certidão, cujo objeto é a "Prestação de Serviços Técnicos Especializados para Supervisão e Controle de Obras Civis de Construção e Reconstrução de Estações, Transposições e Vedação da Faixa Ferroviária da Linha 10 - Turquesa da CPTM", à fl. 451, na descrição dos serviços prestados, destaca:

"- Supervisão e controle da execução do remanejamento da via permanente em toda a extensão da estação".

Como se percebe, está claro o atendimento ao Edital com relação à atestação profissional, restando claramente comprovado que as obras de construção e reconstrução das estações, cuja supervisão é o objeto do referido atestado, englobam, sem dúvida alguma, **a execução de serviços de remanejamento da via permanente**, devendo a



referida Certidão ter refeita sua apreciação por parte da D. Comissão de Licitação, passando o mesmo a ser pontuado regularmente, corrigindo assim a nota atribuída ao quesito de 38,0 (trinta e oito) pontos para um total de 40,0 (quarenta) pontos.

Com isso, a Douta Comissão Permanente de Licitações, não pode, sob o risco de nulidade do Processo Licitatório, desconsiderar a CAT 2620120006297 apresentada pela **RECORRENTE**, pois o administrador público deve sempre buscar o melhor atendimento ao interesse público, sem desviar de suas finalidades.

Na Administração Pública não há vontade pessoal, sendo que o administrador público somente pode fazer o que a lei determina. Segundo o Grande Mestre Hely Lopes Meirelles:

"Legalidade - A legalidade, como princípio de administração, significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem-comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.

A eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da lei.

Na Administração Pública, não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa "pode fazer assim"; para o administrador público significa "deve fazer assim".

As leis administrativas são, normalmente, de ordem pública, e seus preceitos não podem ser descumpridos, nem mesmo por acordo ou vontade conjunta de seus aplicadores e destinatários, uma vez que contém verdadeiros poderes-deveres, ilegítimos pelos agentes públicos. Por outras palavras, a natureza da função pública e a finalidade do Estado impedem que seus agentes deixem de exercitar os poderes e de cumprir os deveres que a lei lhes impõe.

Tais poderes, conferidos à Administração Pública para serem utilizados em benefício da coletividade, não podem ser renunciados ou descumpridos pelo administrador, sem ofensa ao bem-comum, que é o supremo e único objetivo de toda ação administrativa (in Direito Administrativo Brasileiro, 10ª ed. 1984 – Ed. Ver. Dos Tribunais, p. 60).

Isto posto, a ilegalidade está patente ao ser malferido o art. 3º da lei nº 8.666/93, consagrador dos princípios de direito administrativo derivados do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Tudo isso, em prol do disposto no artigo 37 da CF e no 3º da lei 8666/93, a fim de garantir ampla competição no certame para possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Concluindo, a **RECORRENTE** apresentou Atestados Técnicos que atendem plenamente ao solicitado no Edital, não pode esta D. Comissão de Licitação não considerar a CAT 2620120006297 sob o argumento de não atendimento ao item 12.3 do Edital, já que esta comprovou a qualificação técnica exigida pelo órgão licitante.

Manter a decisão ora recorrida significa infringir princípios Constitucionais que protegem a livre concorrência, que fatalmente restringirá a participação de empresas neste processo, conforme preceitua o art. 37, inciso XXI de nossa Carta Magna:

"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações**". (grifamos)

Este também é o entendimento trazido pelo artigo 3º da Lei Federal nº 8.666/93, que veda expressamente a restrição ao caráter competitivo:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;

Esta é a lição que o autor Marçal Justen Filho apresenta na interpretação dada ao tema ao afirmar que *"evitar que as exigências formais e desnecessárias acerca da qualificação técnica constituam-se em instrumento de indevida restrição à liberdade de participação em licitação. (...) A regra geral é sempre a mesma: não poderão ser impostas exigências excessivas ou inadequadas."*

**III – DA CONCLUSÃO E DO PEDIDO**

Por todo o exposto, conclui-se de forma inequívoca que a decisão proferida pela Douta **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**, no tocante a **NOTA TÉCNICA NO QUESITO CAPACIDADE TÉCNICO PROFISSIONAL** da empresa **RECORRENTE**, com fundamento no item 12.3 do Edital nº 007/2016, por entender que o atestado técnico apresentado pela **RECORRENTE** não atende ao solicitado, **é equivocada**, pois a **RECORRENTE** apresentou atestado que comprova sua qualificação técnica conforme exigido no Edital.

Desta forma, esta **RECORRENTE** requer se digne a Ilustre Comissão Permanente de Licitações proceder ao reexame da Proposta Técnica, reconsiderando sua decisão anteriormente proferida, para o fim de dar provimento ao presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, acrescendo em 2 (dois) pontos a nota atribuída ao quesito capacidade Técnico Profissional, passando a nota deste quesito de 38 (trinta e oito) para 40 (quarenta) pontos e, consequentemente alterando a **NOTA FINAL** para **93 (NOVENTA E TRÊS) PONTOS**, ou, na hipótese de negar provimento, fazê-lo subir, devidamente informado à Autoridade Superior, nos termos do § 4º do art. 109 da Lei Federal 8666/93 e suas alterações, para que possa dar provimento a esse recurso como **MEDIDA DE JUSTIÇA!!!**

Termos em que,
Pede deferimento.

Diadema, 17 de março de 2017.

CONSÓRCIO SUPERVISOR PPH

Engº Emílio de Paula e Silva Abdu
Representante Legal